

POSSE DOS NOVOS ACADÊMICOS EM 2005

Cerimônia de posse, em 08/06/2005

Saudação aos Acadêmicos, pelo Acadêmico Adalberto Fazio

Discurso de Posse dos Novos Acadêmicos em 2005

Academia Brasileira de Ciências

Acadêmico [Adalberto Fazio](#)

08 de junho de 2005

Agradeço ao nosso presidente, professor [Eduardo Moacyr Krieger](#), e à diretoria da Academia Brasileira de Ciências por esta honrosa tarefa: saudar os novos acadêmicos.

Ingressar na Academia significa ter um destacado reconhecimento de suas valiosas contribuições no campo das ciências. Para nós, cientistas, é um orgulho pertencer a esta casa, que muito tem feito para o desenvolvimento da ciência no país. E hoje a Academia é enriquecida com a posse de vocês, ilustres colegas.

Colegas, vocês ingressam na Academia no ano de 2005. Cem anos após os famosos trabalhos de [Albert Einstein](#). Um dos maiores cientistas que a humanidade já teve.

Vocês ingressam no Ano Internacional da Física. Ano decretado pela ONU e Unesco para comemorações relativas aos 100 anos da publicação dos trabalhos fundamentais de Einstein.

O jovem físico de 26 anos, funcionário do Serviço de Patentes em Berna-Suíça, publicou cinco trabalhos que vieram a revolucionar a nossa visão do mundo.

O primeiro artigo chegou à revista *Annalen der Physik*, em 18 de março. Nesse trabalho propôs um modelo corpuscular para a luz, introduzindo a idéia revolucionária do quantum de luz (fóton). Trabalho pelo qual viria mais tarde, em 1921, a receber o prêmio Nobel.

Em uma época em que ainda se discutia a própria realidade dos átomos, Einstein apresentou sua tese de doutoramento, que tratava das dimensões moleculares, e publicou um artigo que dizia respeito ao incessante movimento de pequenas partículas na água — chamado de movimento Browniano.

Em junho, apresentou um trabalho no qual rejeitava o conceito de simultaneidade absoluta da mecânica newtoniana — nascia a teoria da relatividade. Em setembro, como consequência dessa teoria, deduziu a equação mais famosa da ciência: $E = mc^2$, mostrando a equivalência entre massa e energia.

O maior objetivo deste ano é chamarmos a atenção do público em geral, e em especial dos jovens, para a importância das ciências no desenvolvimento de um povo. Mostrar como a ciência pode melhorar as condições de vida e auxiliar na construção de um mundo melhor.

Os trabalhos de ciência básica de Einstein levaram a grandes mudanças no mundo em que vivemos, provocando no século XX uma verdadeira revolução em todas as áreas do conhecimento.

Só para citar alguns pouquíssimos exemplos. A invenção do transistor, em 1948, por Bardeen, Shockley e Brattain deflagrou a grande revolução na informática.

Na biologia, o biólogo James Watson e o físico Francis Crick desvendaram a estrutura do DNA.

A parceria física e medicina, com diagnóstico por imagens como a radiologia, medicina nuclear, imageamento por ressonância magnética, o laser como aplicação médica, manipulação de células-tronco.

Enfim, são tantas as descobertas que as fronteiras entre diferentes áreas tornaram-se tênues.

Gostaria também de lembrá-los que há 80 anos, no dia 7 de maio de 1925, Einstein fez uma comunicação científica nesta casa.

Foi nesta academia, na época com o nome de Sociedade Brasileira de Ciência, que tivemos o compromisso científico mais importante ocorrido durante sua visita ao Brasil.

Aqui, Einstein falou sobre a situação da teoria da luz. Em 1925, ainda eram poucos os físicos que aceitavam o modelo corpuscular para a luz. Em 1924, Bohr, Kramers e Slater publicaram um artigo na *Philosophical Magazine*, no qual descartavam a necessidade do conceito de quantum de luz.

Este era o primeiro debate científico entre Bohr e Einstein. Os experimentos realizados no início de 1925, na Alemanha e nos EUA, mostravam que as idéias de Einstein estavam corretas.

Nesta oportunidade, em que dou as boas-vindas para os novos colegas, gostaria, sem nenhuma pretensão, de colocar na pauta de nossas ações um tema intimamente ligado ao Ano Mundial da Física e que deveríamos abordar com mais determinação: O Ensino de Ciências!

Isto obviamente não exclui temas importantes, os quais nossa Academia vem abordando, como: a questão Ambiental, a questão Energética, a questão da Biossegurança, a questão Nuclear, a Reforma do Ensino Superior etc.

A rápida evolução na ciência e na tecnologia demanda urgentes e profundas inovações, tanto na forma quanto no conteúdo ensinado em todos os níveis.

Esse problema tem sido objeto de atenção mundial. Uma sociedade cada vez mais inserida em um ambiente científico-tecnológico exige que todas as pessoas recebam formação científica, que lhes permita discernimento dos riscos e benefícios envolvidos nas inovações tecnológicas, bem como um preparo mínimo para usufruir os produtos da tecnologia.

Estamos cansados de ouvir o exemplo da Coréia do Sul, onde o ensino fundamental de matemática e das ciências é uma prioridade, e hoje se encontra como um dos melhores do mundo.

Quando me refiro ao ensino de ciências, destaco três componentes:

a educação escolar para o futuro exercício da cidadania,

a preparação de profissionais para serviços que contribuam diretamente para a sociedade e

formação de cientistas capazes de contribuir para o avanço da ciência e tecnologia.

No ensino fundamental e médio, o aprendizado das ciências deve contribuir para a educação do cidadão, através da compreensão do papel desta no desenvolvimento da tecnologia. Em suas notas autobiográficas, Einstein relata um dos fatos que despertou seu interesse pela ciência:

“Conheci um tal milagre aos quatro ou cinco anos, quando meu pai me mostrou uma bússola. O fato da agulha se comportar de maneira tão determinada, não correspondia ao curso usual das coisas ... tal acontecimento me deixou uma impressão profunda e duradoura”.

A educação em ciência, em todos os níveis, dá ao estudante uma visão do mundo fundamentada na observação objetiva. Esse treinamento é um instrumento essencial numa sociedade democrática.

A incorporação do conhecimento científico à cultura popular é outro aspecto da mesma questão. O cidadão comum precisa processar informações de forma objetiva e comunicar-se de forma estruturada, possuir espírito crítico e ser capaz de ler a tecnologia de seu tempo.

Estamos hoje diante de questões que, no entendimento e encaminhamento de possíveis soluções, exigem cada vez mais da população uma base mínima de conhecimento científico. Por exemplo, temas como produtos transgênicos, aquecimento global, clonagens terapêuticas, nanociências etc.

Além de opiniões técnicas, estas questões requerem decisões éticas e políticas, e que em última análise devem ser feitas pela sociedade. Sem nenhuma alfabetização científica, o indivíduo ficará incapacitado para exercer plenamente sua cidadania.

Em 1985, a British Royal Society apresenta um relatório intitulado “The Public Understanding of Science” – “O melhor conhecimento público das ciências pode constituir um elemento importante na promoção da prosperidade nacional, pelo aumento da qualidade das decisões públicas e privadas e pelo enriquecimento da vida do indivíduo ... aumentar o conhecimento público da ciência é um investimento no futuro, não um luxo que se poderá conceder se e quando os recursos o permitirem”.

Com relação à formação de recursos humanos para a ciência e a tecnologia atual, a crescente fragmentação do conhecimento em especialidades cada vez mais restritas gera problemas que exigem a revisão de todo o processo educacional, especialmente do ensino universitário.

Segundo nosso novo colega, Evando Mirra, o CNPq classifica a pesquisa em 868 campos e especialidades. Mesmo que especializações tão minuciosas sejam requeridas, a formação do especialista deve se assentar em uma base científica mais ampla, que dê ao estudante uma boa visão dos fundamentos científicos da sua especialidade.

A questão da formação abrangente é polêmica, pois se argumenta que, sem âncora em uma formação disciplinar profunda, a formação generalista leva a idéias vagas, freqüentemente estéreis. Para contrapor a essa falácia, cito o nosso maior pesquisador do século XX – Albert Einstein:

“Não basta ensinar ao homem uma especialidade. Porque se tornará assim uma máquina utilizável, mas não uma personalidade. É necessário que adquira um sentimento, um senso prático daquilo que vale a pena ser empreendido, daquilo que é belo, do que é moralmente correto ...

Os excessos do sistema de competição e de especialização prematura, sob o falacioso pretexto de eficácia, assassina o espírito, impossibilitam qualquer vida cultural e chegam a suprimir os progressos nas ciências do futuro ... O ensino deveria ser assim: quem o receber o recolha como um dom inestimável, mas nunca como uma obrigação penosa”.

A Academia propôs ao anteprojeto da reforma universitária um currículo flexibilizado, de maneira a facilitar uma formação mais abrangente do aluno.

Por exemplo, a implantação de ciclos básicos na universidade iria evitar a pressão da especialização precoce na educação em nível superior, facilitando também a mobilidade dos estudantes para uma melhor formação multidisciplinar.

Temos uma responsabilidade muito grande. Nosso objetivo é lutar para o desenvolvimento da ciência e tecnologia no país, de forma a traduzir em benefício para todos os brasileiros. Toda a nossa luta será em vão se o ensino em ciências não estiver inserido dentre as prioridades de nossos governantes, presentes e futuros.

Colegas, em nome da Academia, saúdo os recém-chegados, dando-lhes as boas-vindas.

Sejam bem-vindos à Academia!

Discurso dos recém-empossados, pelo Acadêmico Evando Mirra

Discurso de Posse dos Novos Acadêmicos em 2004

Academia Brasileira de Ciências

Acadêmico Evando Mirra de Paula e Silva

08 de junho de 2005

Discurso em nome dos recém empossados

Agradeço, sensibilizado, o convite para assumir a palavra em nome daqueles que são hoje recebidos pela Academia, nessa bela cerimônia que sustenta um dos segredos da vitalidade desta Instituição: a reafirmação da sua continuidade, celebrada no ritual da sua renovação.

Fomos eleitos pela Academia. Sabemos o valor deste voto. Sabemos também a responsabilidade que ele implica. Conhecemos a missão civilizadora da Academia, seu papel determinante na implantação e na sustentação do empreendimento científico nas culturas.

Seria assim imensa, em qualquer época, a honra que sentiríamos ao sermos acolhidos nesta Casa.

Mas a alegria e o entusiasmo se multiplicam neste momento em que se cruzam um processo de amadurecimento da ciência brasileira, talvez sem precedentes, e uma recriação do papel da Academia, que afirma a sua capacidade inovadora e seu poder de articulação, tanto na institucionalização da competência científica, quanto na inserção do país no plano internacional.

A prática científica, superando todos os obstáculos, vai se consolidando entre nós.

Mais do que os números, que conhecemos, indicadores de crescimento da produção científica e tecnológica nas nossas Universidades, nos nossos institutos, é a sua realidade palpável, nos seus processos e nos seus produtos, no diálogo que se amplia a cada dia com segmentos mais amplos da sociedade, na presença dos pesquisadores brasileiros nos organismos internacionais, no espaço político que ganha hoje a ciência brasileira, é esta existência tangível que ganha corpo entre nós.

É justo dizer que, no espaço internacional da pesquisa, deixamos de ser aqueles seres improváveis, um pouco mais do que figurantes, um pouco menos do que personagens.

Estamos ingressando de pleno direito no quadro daqueles que, na escala planetária, aportam sua parcela à construção do acervo de conhecimento.

Mas sabemos também o quanto são vulneráveis essas conquistas, o quanto devem ser permanentemente confirmadas e, mais ainda, o quanto estamos distantes do que queremos ser, do que podemos ser, do que devemos ser.

É nesta agenda de transformação que se inscreve o papel singular da Academia, com o peso de sua autoridade, sua função de referência, seu lugar privilegiado no encontro da ciência com a nação e na projeção da nação entre as nações.

O Seminário da Academia, realizado nestes dois dias, já explicitou — sintomaticamente — boa parte desta agenda.

Dentre suas tarefas mais centrais eu insistiria na necessidade imperiosa de acelerar nossa capacidade de transformar informação em conhecimento, transformar conhecimento em compromisso e mobilizar toda esta aventura humana para o crescimento sustentável, para a geração de riqueza, para uma sociedade mais igualitária, para uma vida mais digna e muito mais interessante.

Sabemos que não é uma utopia ociosa, pois já demonstramos que somos capazes de fazê-lo. Mas é preciso superar a pequena escala, ir além do efeito local, da dispersão em ilhas, do gesto heróico que ainda o configura. É preciso expandir a cultura de inovação.

É preciso compreender melhor aquilo que já está acontecendo, para transformá-lo, com todas as divergências e os saudáveis desencontros, em um tumultuado e convergente mutirão de todos.

Insisto nas virtudes do diverso e do contraditório. Exercitados, pela prática da pesquisa, na dúvida metódica e nas artes da contestação; temperados, pelo trabalho em condições freqüentemente incertas, nas artes da superação dos obstáculos, estamos plenamente capacitados para enfrentar a construção na controvérsia.

Navegadores da bruma e da incerteza, temos lastro para levar a cabo a aposta radical no risco, na inteligência e no conhecimento.

E insisto também na virtude integradora desse movimento, que percorre todos os recantos da malha do saber, que exige freqüentação ativa das fronteiras do conhecimento, proficiência nas técnicas e desenvoltura nas aplicações.

Que exige o diálogo entre disciplinas e, além das disciplinas, o olhar indagador e atento para o mundo em que nos encontramos. E é necessário que este movimento se propague além dos contornos das comunidades de pesquisa, dos ambientes de produção, que implique um processo coletivo de aprendizado, que diga respeito a toda a cidadania.

É nesta agenda que nos engajamos, nós, novos membros da Academia, convidados a participar deste ambiente estimulante e oferecer o nosso esforço nesse embate desafiador.

Vimos de horizontes distintos, das Ciências Matemáticas, Físicas e Químicas; das Ciências da Terra, da Engenharia, da Saúde; das Ciências Biológicas, Biomédicas; das Humanas, das Agrárias; do país e do Exterior. Mas, aqui, as diferenças aproximam.

E é nessa vontade múltipla e convergente que este mosaico de trajetórias e de posturas intelectuais se coloca à disposição do empreendimento comum.

Este é para nós um momento de festa e um momento de agradecimento.

Agradecemos àqueles que nos acolhem pela distinção que nos fazem e pela generosidade com que o fazem.

Agradecemos àqueles com quem construímos nosso itinerário científico e compartilhamos nossos sonhos: nossos mestres, nossos colegas, nossos alunos, as instituições por que passamos.

E agradecemos carinhosamente às nossas famílias a extensão humana e o valor do afeto que nos trouxeram até aqui.

Atribui-se às vezes um significado emblemático às datas. Se assim for, nosso ingresso na Academia se faz sob bons auspícios. Porque o 8 de junho é dia rico em evocações para as histórias de ciência, tecnologia e inovação.

Podemos lembrar, de início, uma saborosa inovação que aniversaria hoje.

A invenção que lhe deu origem é muito mais antiga, mas a inovação (no sentido próprio de novo processo ou produto levado ao mercado, melhor ainda, conhecimento levado ao mercado, introdução de uma tecnologia na prática social), é mais recente.

Hoje aniversaria o sorvete... Sua apresentação pública ruidosa se deu no Café Procope, em Paris. E, nas Américas, o sorvete seria democraticamente oferecido ao público pela primeira vez, em Nova York, em 8 de junho de 1786...

Mas foi também em 8 de junho, em 1637, que Descartes publicou o *Discours de la Méthode*, o Discurso sobre o Método, o texto fundador que conhecemos.

Descartes, menos cartesiano do que seus paladinos, teve a grandeza de nos ensinar tanto pela fulguração do gênio quanto pela generosidade de seus erros.

E nos legou a dúvida metódica e o eixo emotivo e intelectual da reflexão que marcaram tão profundamente o espaço mental do novo tempo.

E, mais próximo de nós, em 8 de junho de 1992, foi criada a Comissão das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, nesta cidade do RJ, uma das mais importantes conquistas da Cúpula da Terra, processo no qual a Academia Brasileira de Ciências teve participação fundamental, e em cujos desdobramentos continua a ter participação fundamental.

Estes três acontecimentos singulares e díspares, uma inovação que suaviza nossas vidas, uma reflexão que procura os caminhos da verdade e um evento emblemático do lugar do cientista nas lutas do seu tempo, nós os percebemos como sinais do ânimo que nos inspira e do compromisso que reafirmamos aqui, em nosso ingresso na Academia.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente da ABC, Acadêmico Eduardo Moacyr Krieger

Discurso de Posse dos Novos Acadêmicos em 2005

Academia Brasileira de Ciências

Presidente da ABC, Acadêmico [Eduardo Moacyr Krieger](#)

08 de junho de 2005

Discurso do Presidente da Academia Brasileira de Ciências

O papel mais visível das Academias de Ciências, incluindo-se a nossa, é promover a Ciência e servir de referencial de qualidade à Ciência no país. Ao eleger anualmente os melhores cientistas nacionais para integrar os seus quadros, cumpre, portanto, a ABC uma de suas funções mais relevantes, mantida com extremo zelo pelos nossos maiores desde a sua criação em 1916. Aos acadêmicos que hoje são empossados, renovamos as boas-vindas dadas em nome da ABC pelo Acadêmico Alberto Fazzio, ao mesmo tempo que os convocamos para se integrarem na grande tarefa da Academia que é a de desenvolver todas as áreas da Ciência no país e zelar para que elas influenciem decisivamente a qualidade da educação em todos os níveis, para que o Conhecimento seja eficazmente aproveitado, promovendo o progresso social e econômico. É indiscutível que a divisão entre países pobres e países ricos, desenvolvidos e em desenvolvimento se faz, atualmente, pela capacidade que eles têm de criar o conhecimento e aplicá-lo em desenvolvimento, sendo a educação e a pesquisa básica determinantes para que isto possa acontecer. A missão de servir a sociedade foi claramente explicitada pelos governantes na criação há cerca de 400 anos das primeiras Academias de Ciências na Itália, na França e na Inglaterra. Também, o decreto de Abraham Lincoln de criação da National Academy of Sciences nos Estados Unidos, em 1864, declarava que ela deveria prestar serviços ao governo em assuntos relacionados à Ciência. É natural, portanto, que na última Assembléia Geral realizada no México pela Confederação Internacional das Academias de Ciências, o IAP, o tema central fosse o da Ciência para a Sociedade. Conseqüentemente, a nossa Academia bem como as demais, promove a Ciência, congrega os cientistas, otimiza e premia a excelência mas, também, serve a Sociedade no campo da Ciência no duplo papel de assegurar a inserção da Ciência nos programas governamentais e colabora na formulação de políticas para o avanço da Ciência. Por isso, julgamos oportuno fazer nessa solenidade um balanço das nossas realizações neste último ano.

No país, a ABC, mantendo a histórica independência e legitimidade conferida pela qualidade de seus membros, continua com firmeza trabalhando para consolidar e aprimorar o sistema nacional de CTI fazendo com que as ações nessa área sejam consideradas como políticas de Estado e conseqüentemente de interesse permanente da nossa sociedade. Fazer com que os instrumentos de C&T sejam, de fato, considerados essenciais para o desenvolvimento social e econômico, como eles são tidos nos países avançados. Vencer a incredulidade,

manifesta ou velada, sobre nossas reais possibilidades, difundindo com objetividade o quanto já se avançou nas últimas décadas em produção científica e na formação de novos pesquisadores, consolidando, assim, a base científica indispensável para que o conhecimento seja efetivamente transformado em desenvolvimento em nosso país.

Nesse particular, deve ser destacada a atuação da ABC em parceria com a SBPC, os empresários e, particularmente, com o MCT que lidera o setor governamental, para consolidar a Frente Plurissetorial de apoio à C&T que opera no Congresso Nacional sob a presidência do Deputado Renato Casagrande. Na aprovação da Lei de Biossegurança, e de reforço ao orçamento de C&T para esse ano, a Frente deu apoio decisivo. Vários outros instrumentos legais importantes para atividade da nossa área estão sendo tratados na Frente.

Continuamos atuando para que o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, CCT, se fortaleça e desempenhe, efetivamente, um papel importante na elaboração de um verdadeiro projeto nacional de CTI, com a participação do Governo, da comunidade de Ciência e Tecnologia e dos empresários. Dada à sua complexidade, a sua abrangência e, principalmente, por que os instrumentos e ações de C&T são empregados pelos outros Ministérios além do de MCT, é indispensável haver uma visão abrangente junto ao Presidente da República visando otimizar os recursos, avaliar os resultados, sugerir prioridades, enfim visando aumentar a racionalidade e eficiência do sistema. Felizmente na discussão em curso sobre a regulamentação do FNDCT, especialmente naquela parte que envolve os Fundos Setoriais, está havendo geral concordância que o Conselho Diretor a ser criado coordene as políticas a serem implementadas com os recursos do Setor em consonância com as políticas mais abrangentes recomendadas pelo CCT. Isto é indispensável, até porque o FNDCT representa menos de 10% do investimento em C&T do governo federal. É essencial, portanto, que as estratégias estabelecidas anualmente pelos Fundos Setoriais complementem as políticas que o governo planeja, com maiores recursos, para cada um dos setores cobertos pelos diferentes fundos. A ABC e a SBPC vêm periodicamente discutindo com os nossos representantes nos Fundos Setoriais medidas para aprimorar o seu funcionamento considerando a importância que os Fundos representam hoje para o sistema de CTI e conseqüentemente para desenvolvimento nacional.

Pela extrema importância que a ABC atribui à Educação, participamos desde as primeiras horas das discussões sobre a Reforma no Ensino Superior, coordenada pelo MEC. Defendemos sempre com independência nossas propostas, especialmente para que a qualidade tenha primazia quando se trata de questões de ensino e enfatizando a importância que tem e deve ter a Universidade Pública dentro do sistema pelo que ela representa para assegurar o ensino de qualidade, e igualmente para a expansão da base científica nacional, uma vez que a maior parte da ciência brasileira e a formação de doutores é realizada nas Universidades Públicas. Acentuamos também a contribuição indispensável que as Universidades Públicas estão dando para o desenvolvimento regional. De nossas propostas, queremos destacar, também, aquela relativa ao fortalecimento da formação básica e à expansão das vagas no sistema pela criação do ciclo básico e pela diversificação das instituições públicas de educação superior, e a de ser indispensável a avaliação externa qualificada para acompanhar o desempenho, cobrar a qualidade e otimizar os recursos públicos alocados às universidades. Uma comissão interministerial de avaliação, envolvendo o MEC e o MCT, com a participação de representantes qualificados da comunidade acadêmica, ajudaria a caracterizar a educação superior como projeto de Estado e propiciaria uma necessária interface entre as instituições federais e a sociedade, nos moldes do que é feito em diversos países desenvolvidos. Isso, no entanto, não foi contemplado na nova versão do anteprojeto de reforma, apresentada recentemente pelo MEC. A matriz de financiamento das instituições federais não foi associada a uma avaliação desse tipo, deixando-se a distribuição apenas de eventuais sobras de recursos a cargo de uma comissão paritária, constituída por reitores das instituições federais e membros indicados pelo MEC. Além disso, persiste a imposição às universidades federais da eleição direta dos reitores, processo que pode resultar na deterioração de um patrimônio extremamente precioso da sociedade brasileira. Os docentes são os principais responsáveis pelas tarefas-fins nas instituições de educação superior, e a eles deve ser atribuída a responsabilidade pela condução dessas instituições. Evidentemente, somos favoráveis à adoção de medidas que assegurem igual oportunidade de acesso à Universidade a todos os alunos independente de camadas sociais, mas não concordamos que o estabelecimento de cotas baseadas na cor dos indivíduos seja justa e eficaz. Continuaremos insistindo para que as revisões posteriores do projeto de reforma corrijam essas falhas, em benefício de toda a sociedade brasileira.

A Amazônia continua envolvendo complexos problemas sociais, econômicos e ambientais, estes com evidentes repercussões internacionais. Temos que reconhecer que tais questões merecem uma atenção muito maior do que aquela que tem sido dada pela comunidade científica nacional e do governo como um todo. Recentemente, a ABC, o BNDES e o MCT, com o apoio do MEC e entidades científicas e governamentais locais, organizaram um simpósio em duas partes. A primeira teve lugar em Manaus, seguido de outro na sede do BNDES no Rio. Em sua primeira etapa, foram avaliadas as competências locais em C&T, envolvendo as universidades, os institutos de pesquisa, parte da indústria local e as secretarias estaduais de C&T da Amazônia, com uma visão abrangente sobre os recursos e necessidades existentes. Na segunda etapa, o enfoque foi a perspectiva nacional quanto à importância da Amazônia. Em particular, discutiu-se a relevância da colaboração dos grupos de pesquisa locais com os de outras regiões do Brasil e do exterior, para enfrentar com sucesso seus grandes desafios. Do Seminário resultaram importantes subsídios aproveitados para elaboração de um Projeto de Instituto do Milênio para a Amazônia, consolidado em intensas discussões dos cientistas locais. O envolvimento da ABC com a região deve continuar e de forma crescente. Especial esforço deve ser feito para a mobilização da competência científica nacional e internacional, visando parcerias e colaborações, e mesmo cooperando na busca de financiamento para os projetos científicos resultantes de tais ações. Os dados recentemente publicados sobre a extensão crescente do desmatamento na Amazônia são muito preocupantes. Colocam os cientistas brasileiros em uma delicada posição perante a comunidade científica internacional, que muito valoriza seu patrimônio de biodiversidade. Naturalmente a responsabilidade central de conhecer e preservar a biodiversidade amazônica recai sobre os cientistas da região e, também, da comunidade científica nacional como um todo.

O Programa ABC na Educação Científica – Mão na Massa continua se expandindo. Inicialmente, concentrado na cidade de São Paulo e Rio, ele hoje está presente no Estado da Bahia, Paraíba e Santa Catarina, além de estar disseminado no interior de São Paulo e no Rio. Na última sexta-feira, participamos na Estação Ciência em São Paulo do lançamento do livro Ensinar as Ciências na Escola adaptado do La Main a La

Paté, principalmente pelo esforço do Prof. Dietrich Schiel e dos nossos colegas Ernest Hamburger e Fernando Gallenbeck que coordenam o programa que mantemos em colaboração com a Academia de Ciências da França. Estamos iniciando um Programa com a União Européia na busca de novas oportunidades de cooperação, com o objetivo de encorajar a que um intercâmbio que se inicia entre grupos se constitua em verdadeiras incubadoras de grande iniciativa.

Continua intensa a atividade no Programa Ciência e Exceção em parceria com dez organizações não-governamentais no Brasil e dez nos Estados Unidos com destaque para o American Institute for Research. O Programa visa a trazer os benefícios da Ciência para apoiar a inclusão social de pessoas deficientes, fazendo com que a residência e o trabalho se constituam nos pilares do processo de inclusão social.

Comemorando o ano internacional da física, que celebra o centenário da publicação, por Einstein, de uma série de artigos que revolucionaram a ciência do século XX, realizamos, em nossa reunião anual, uma mesa-redonda sobre a Física no Brasil e um simpósio sobre desenvolvimentos recentes da Física, a partir das contribuições de Einstein. Foi esse também o tema do jantar comemorativo realizado ontem à noite, quando foi prestada uma homenagem aos físicos brasileiros, através de 14 acadêmicos físicos seniors, um grupo com impressionante espectro de contribuições prestadas não só ao desenvolvimento da ciência, mas também à nucleação de grupos e à defesa do desenvolvimento científico e tecnológico do Brasil. Cabe aqui também uma homenagem especial ao acadêmico e grande cientista César Lattes, que infelizmente nos deixou este ano.

Vários acadêmicos foram agraciados com prêmios nacionais e internacionais neste último ano. A Belita Koiler seguiu a tradição começada por [Mayana Zatz](#) e [Lúcia Previato](#), recebendo em 2005 o Prêmio LOreal/UNESCO para mulheres de ciência. Carlos Henrique [Brito Cruz](#) e Isaias Raw receberam prêmio da Fundação Conrad Wessel e, recentemente, o [Sérgio Ferreira](#) foi agraciado na primeira rodada do Prêmio TWAS/Trieste que contemplou as áreas de Biologia e Física.

As atividades internacionais da ABC continuam intensas e crescentes. Participamos ativamente da criação do IAP (Inter-Academy Panel) que hoje reúne 92 Academias de Ciências no mundo e presidimos, em parceria com a França, o primeiro mandato da entidade, no fim do qual o Brasil foi eleito com a maior votação para o Comitê Executivo, que se reúne duas vezes por ano, pelo menos uma delas em Trieste, onde está instalada a Secretaria junto à TWAS. Com o auxílio generoso do Governo italiano foi possível montar em Trieste uma eficiente infraestrutura responsável por interconectar permanentemente as Academias, possibilitando uma interação eficaz entre elas na condução dos vários programas. Entre eles, destacamos o de Educação para Ciência e o Programa de Águas, este tendo a nossa Academia como líder. O Programa de Águas realizou na semana passada em Trieste um Simpósio coordenado em nome da ABC pelo acadêmico [José Tundisi](#) para planejar as ações, particularmente a realização de cursos internacionais de treinamento para gerentes de recursos hídricos ainda no correr deste ano na China, Polônia, Kazakistão, Jordânia, África do Sul e no Brasil. A importância das ações do IAP e a participação do Brasil naquele órgão pode ser avaliada pelo fato de que na próxima reunião do G8 em julho na Grã-Bretanha, a Royal Society de Londres, foi encarregada pelo Primeiro Ministro, Tony Blair, para preparar um documento sobre mudanças climáticas que é um dos dois temas centrais da Conferência. Além das Academias dos oito países que compõem o G8 (Estados Unidos, Grã-Bretanha, Japão, França, Itália, Alemanha, Canadá e Rússia) foram convidadas pela Royal Society para elaborar o documento, outras três Academias: a da China, a da Índia e a nossa do Brasil. O Documento, após várias consultas, está sendo lançado hoje.

Digno de nota foi a criação recente da regional do IAP nas Américas, a IANAS (Inter-American Network of Academies of Sciences) que é presidida pelo Brasil ([Hernan Chaimovich](#)) e pelo Canadá (Howard Alpert), e que está em plena atividade. A Secretaria da IANAS funciona na ABC e a rede já implementou dois programas no continente, águas e educação. O Comitê Executivo realizou reuniões em Ottawa, Caribe e um Simpósio sobre Águas em Bogotá, e outro sobre Educação em Ciência em Santiago. O objetivo do IAP, e de suas regionais como o IANAS, é o fortalecimento das Academias de Ciências existentes na região e a criação de novas em países que têm densidade científica suficiente, sempre com a idéia de aumentar a capacidade local de Ciência como elemento essencial para que os benefícios advindos do conhecimento sejam compartilhados por todos os países e não só por aqueles do Primeiro Mundo. Nesse particular, o Brasil, por um lado, é beneficiado por receber o Conhecimento originado nos países mais avançados, por outro lado, juntamente com a Índia, China e África do Sul, já se encontra em um estágio de desenvolvimento científico que o capacita a auxiliar e influenciar os países da região com potencial científico inferior ao nosso. Fator importante para as ações da IANAS na região é o seu reconhecimento oficial pela OEA como legítima representante das organizações da sociedade civil, devido em parte aos esforços da Alice Abreu, ex-Vice Presidente do CNPq, trabalhando agora na OEA em Washington. Nessa qualidade, a IANAS já participou em discussões com o Banco Interamericano de desenvolvimento e em uma reunião organizada pela OEA com os ministros de economia do continente. Há poucos dias, nosso colega [Hernan Chaimovich](#) representou a IANAS na Assembléia Geral da OEA na Flórida, influenciando para que na declaração dos estados membros fosse incluída menção sobre a importância da CT&I e da Educação para os povos da região. A IANAS está, também, convidada para falar para os representantes da América Latina na UNESCO no fim de junho em Paris, bem como na Reunião de Cúpula dos Presidentes das Américas em novembro, na Argentina.

Ainda dentro da organização internacional das Academias, devemos destacar as atividades do Inter-Academy Council (IAC), que é um braço executivo do IAP, com Secretaria em Amsterdam, junto com a Academia de Ciências da Holanda, e com o Director Board formado por quinze Academias, entre elas o Brasil, que foi recentemente reconduzido para um novo mandato de cinco anos. Além de vários estudos, destacando-se o sobre a produtividade de alimentos na África, o IAC completou recentemente um trabalho de grande repercussão internacional, patrocinado pela ONU Inventing a Better Future – a strategy for building worldwide capacities in science and technology, editado em vários idiomas, inclusive em português aqui no Brasil. Esse trabalho envolveu dezenas de especialistas e contou como um dos dois coordenadores o nosso Vice-Presidente, [Jacob Palis](#). Ele é de grande utilidade por analisar detalhadamente a capacitação em ciência das diferentes regiões e indicar as principais medidas para vencer as dificuldades intrínsecas, destacando a importância da cooperação internacional como imprescindível para cada país contar com um sistema de CTI a serviço do desenvolvimento nacional. Com o apoio de vários governos, inclusive do nosso Ministério de Ciência e Tecnologia, o IAC está iniciando um estudo crítico sobre a contribuição da Ciência para um dos temas de maior importância econômica, social e, particularmente, ambiental que é o das fontes e uso de energia no

mundo atual. Nesse particular, o nosso país tem larga experiência no campo da energia renovável e entre os especialistas convidados pelo IAC para coordenar o trabalho inclui-se o Acadêmico José Goldenberg. Deve ser acentuada a importância de podermos contar com um documento analisando os problemas de energia sob o ângulo estritamente científico, avalizado pelas Academias de Ciências do mundo todo e com possibilidade de ser difundido nos principais idiomas. Sem dúvida a experiência brasileira nesse campo terá assim uma grande visibilidade.

A ABC forma parte do Comitê Executivo da International Council for Science, ICSU, que reúne as Uniões Internacionais de Ciência, bem como a representação de mais de cem países. Além de se constituir de uma das vozes internacionais da Ciência, a ICSU tem sido responsável pela criação de Programas Interdisciplinares globais essenciais para o uso da Ciência no desenvolvimento sustentável, o exemplo mais recente é o Ano Polar Internacional que conta com o Comitê Nacional presidido por um acadêmico. Dos grandes programas internacionais, o IGBP tem agora como Presidente o Acadêmico Carlos Nobre e na próxima Assembléia Geral em outubro próximo em Xangai, três anos após a última organizada no Rio em colaboração com a ABC, estamos candidatando o Brasil para uma das Vice-Presidências.

Na TWAS, agora chamada Academia de Ciências do Mundo em Desenvolvimento, o Brasil participa desde a sua fundação há mais de 20 anos. Depois de seu fundador, Abdu Salam, teve em Israel Vargas o seu segundo Presidente e, agora, em Jacob Palis seu Secretário Geral. O número de brasileiros premiados e eleitos como fellows da entidade cresce anualmente e a ABC foi escolhida para sediar seu escritório regional para América Latina, sob a coordenação do acadêmico Carlos Aragão. Nosso CNPq liderou com a TWAS um programa inovador de bolsas internacionais de doutorado e pós-doutorado para candidatos qualificados dos países em desenvolvimento. O programa tem o potencial de revolucionar em poucos anos a cooperação Sul-Sul em C&T. A Índia, a China e o México aderiram a este programa. No que tange ao Brasil, este programa insere-se numa sólida colaboração do MCT com a TWAS, em fase de marcada expansão, tendo em vista a estratégica posição do Brasil no cenário de C&T do mundo em desenvolvimento.

Dentre nossas atividades internacionais, devemos destacar ainda que no fim deste mês será realizada aqui na nossa Sede a primeira reunião do grupo de trabalho Brasil-Índia, indicado pelos respectivos governos para incrementar intercâmbio de C&T entre os dois países. Para setembro próximo, estamos organizando, com a Academia de Ciências da França, e apoio governamental de ambos os países, um Simpósio em Paris dentro das comemorações do ano Brasil na França.

Essas são em síntese as atividades que estamos desenvolvendo. A partir de hoje contaremos com a contribuição dos novos acadêmicos para expandir e aprimorá-las.

Ao término desta cerimônia, queremos agradecer a presença do Ministro Eduardo Campos e na sua pessoa agradecer as autoridades presentes, ao mesmo tempo que reconhecemos o seu empenho e dedicação à frente do MCT. A ABC manteve sempre com o MCT uma fraterna e profícua parceria visando os mais altos interesses da Ciência e Tecnologia em nosso país, cooperação que vem crescendo na atual gestão tanto pela atuação do Ministro Eduardo Campos e o Secretário Executivo Luiz Fernandes, como também pela atuação de nossos colegas de Academia que hoje presidem o CNPq e a FINEP, o Erney Camargo e o Sérgio Resende. Ressaltamos o nosso apoio e parceria com o MCT em dois eventos de grande significado que serão realizados em outubro próximo: a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia e a Terceira Conferência Nacional de CT&I. Agradecemos, também, a colaboração que mantemos com a CAPES na pós-graduação na pessoa de seu Presidente, o Acadêmico Jorge Guimarães. Igualmente, queremos agradecer aos acadêmicos, aos amigos da Casa e aos familiares a presença nesta cerimônia colaborando na recepção festiva que estamos dando aos novos acadêmicos.

Nossa última mensagem é endereçada aos novos Acadêmicos que recebemos hoje e também àqueles que chegaram há mais tempo, mensagem igual à proferida no ano passado: Nossa preocupação crescente para que o uso do Conhecimento se faça exclusivamente em benefício do homem, promovendo o desenvolvimento sustentável, evitando a degradação do meio-ambiente, assegurando às gerações futuras melhores condições de vida, contribuindo para diminuir as desigualdades, enfim o conceito de Ciência para a Sociedade, é legítimo e deve ser incentivado. Isso não exclui, mas, ao contrário, exige que nos dediquemos cada vez mais a promover a Ciência de qualidade, batalhando para que a excelência e o mérito sejam os critérios prevalentes no julgamento das questões científicas e universitárias; enfim, é praticando a boa Ciência e respeitando a ética que mantemos a credibilidade indispensável para influenciar o desenvolvimento científico do país. Ainda é necessário expandir a base científica nas diferentes regiões do país aumentando o número de institutos e universidades qualificadas cientificamente, aumentar o número e a qualidade dos grupos de pesquisa melhorando as condições de trabalho dos cientistas, contribuir para o desenvolvimento de um eficiente sistema nacional de CT&I, participar ativamente na educação de ciência em todos os níveis e lutar para que a importância estratégica da Ciência seja reconhecida pela nossa Sociedade, como o é nos países desenvolvidos. Finalmente, não devemos nos esquecer que o Conhecimento sempre foi considerado um patrimônio da humanidade e que a difusão das novas descobertas desconhece fronteiras. Portanto, a Ciência e a comunidade científica podem, e devem ser consideradas, como importante elo de aproximação dos povos e um instrumento nobre e efetivo para promover a fraternidade universal. Os riscos de conflitos provocados por choques de civilizações ou credos religiosos poderão ser, em parte, superados quando a Educação e o Conhecimento forem mais equitativamente distribuídos entre os povos, permitindo que cada país conte com um mínimo de capacitação científica e tecnológica que lhes assegure de uma forma genuinamente autóctone promover o seu desenvolvimento social e econômico, melhorando a qualidade de vida de sua gente.

Discurso do Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos

Sessão Solene de Posse dos Novos Membros da Academia Brasileira de Ciências

Dr. Eduardo Campos

Ministro da Ciência e Tecnologia

Rio de Janeiro, 08/06/2005

No espaço de um ano e meio, retorno pela terceira vez a esta Casa, na condição de ministro da C&T do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A exemplo do ano passado, participo, honrado, de um grande acontecimento: a posse de 19 cientistas brasileiros e de três cientistas estrangeiros como membros da quase centenária Academia Brasileira de Ciências. Uma cerimônia de reconhecimento do mérito, de premiação da excelência e de afirmação de referenciais de qualidade.

Para os que integram o MCT, guarda ainda esta solenidade um significado especial. Entre os recém-empossados acadêmicos está o professor doutor Evandro Mirra de Paula e Silva, presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação, instituição vinculada ao ministério, responsável pelo desenvolvimento de análises sobre a realidade nacional.

Aos novos e antigos acadêmicos, a homenagem do Governo Federal. O ingresso nesta Casa culmina décadas de trabalho e traduz o reconhecimento de pares notáveis por seu saber. A Academia Brasileira de Ciências se enriquece.

E se enriquece a Nação brasileira, por ver-se aqui firmemente representada por homens e mulheres comprometidos com a realização das nossas mais profundas esperanças.

Entre a posse dos acadêmicos de 2004 e a que hoje festejamos, muito avançou o trabalho do MCT, apoiado pela ABC; pela Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência; pelas secretarias estaduais de CT&I; fundações de amparo à pesquisa, Universidades e instituições públicas e privadas de base tecnológica.

Eixos estratégicos foram definidos, implementados e financiados. Para dois deles voltaram-se prioritariamente as atenções do MCT. Em primeiro lugar, a formação e capacitação de quadros. E, em seguida, a aprovação e implantação de políticas de inovação tecnológica. O resultado deste grande esforço é positivo.

Na História contemporânea brasileira, não existe iniciativa mais consistente do que o esforço nacional para estruturar a sua competência científica. Ele continua. De 2003 a 2004, a concessão de bolsas pelo MCT registrou um aumento de 4,4%, tendo sido concedidas 49,3 mil bolsas no ano passado e 47,2 mil bolsas no ano anterior.

Somando-se as bolsas do MCT com as bolsas concedidas pelo Ministério da Educação, aproxima-se o Governo da meta de formar 10 mil doutores por ano, a partir de 2006.

Foram criadas novas modalidades de incentivo, a exemplo de bolsas de produtividade em pesquisa. Depois de 10 anos com valores congelados, reajustaram-se em 18% os valores das bolsas nas áreas de mestrado e de doutorado e restabeleceram-se as taxas escolares e de bancadas, suspensas desde 1998.

Neste ano, a concessão de novas bolsas está sendo regionalizada, de modo que o seu percentual de distribuição corresponda ao percentual de cursos de mestrado e de doutorado existentes em cada região, frente ao total nacional. A prioridade cabe à área de engenharia e de ciências da computação, mais demandada pela Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE).

É crescente a evolução dos investimentos em bolsas. Somando-se os orçamentos do CNPq aos dos Fundos Setoriais de C&T, tais recursos foram da ordem de R\$ 499 milhões em 2001; R\$ 575 milhões em 2002; R\$ 569 milhões em 2003 e R\$ 616 milhões em 2004. Para 2005, os recursos do Tesouro reservados para o CNPq atingem R\$ 738 milhões.

Os programas Casadinho; de Apoio a Núcleos de Excelência (Pronex) e os Institutos do Milênio complementam o trabalho de formação e capacitação de quadros, liderado no MCT pelo CNPq.

O Programa Casadinho possibilita a troca de dados e experiências entre grupos de pesquisa vinculados a programa de pós-graduação não-consolidados, localizados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e grupos de pesquisa de qualquer região, com programas de graduação consolidados. Estão em cursos 90 programas de parceria, com financiamento de R\$ 30 milhões do CNPq.

No Pronex, os núcleos de excelência do país recebem financiamento para melhorias físicas e laboratoriais. São beneficiados no momento 209 núcleos, em 17 estados, com investimentos de R\$ 108 milhões, repartidos meio a meio entre o MCT e as Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.

Até o dia 30 de junho próximo, o CNPq deverá divulgar o edital Institutos do Milênio. Ele prevê investimentos da ordem de R\$ 30 milhões nos próximos três anos, destinados a redes de pesquisa com excelência reconhecida.

Existem 17 institutos formados a partir da primeira fase do programa, em 2001. Com a ampliação do universos de áreas, induzidas e espontâneas, a expectativa é estimular a criação de novas redes de pesquisa.

Elas receberão forte aporte da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) — uma rede de comunicação de caráter científico e tecnológico, de alto desempenho — que em 2004 teve sua capacidade ampliada em 177%, interligando mais de 300 instituições de ensino e pesquisa e atendendo a um público de 1 milhão de usuários. Baseada na região Sudeste, em 2005 a RNP irá se estender ao Nordeste, por meio da Internet e cabos de fibra óptica.

Como segundo foco prioritário do MCT, a inovação integra a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, lançada há um ano pelo Governo Federal, na condição de fator decisivo para o desenvolvimento nacional. Nela é destaque a Lei de Inovação, elaborada pelo MCT, cuja regulamentação encontra-se em fase final de análise no Executivo.

Aprovada por unanimidade pelo Congresso Nacional, a Lei de Inovação, ao lado da Lei de Biossegurança e da nova Lei de Informática, representam marcos regulatórios essenciais na pesquisa & desenvolvimento (P&D) do país. Para suas sanções foi decisiva a articulação política coordenada pelo MCT, com a decisiva participação da Academia Brasileira de Ciências.

Como sabem as senhoras e os senhores, a nova política industrial e tecnológica dá prioridade a quatro áreas industriais – fármacos, bens de capital, microeletrônica e software – e a três áreas de pesquisa denominadas de “portadores de futuro” – a nanotecnologia, a biotecnologia e a biomassa. Coerentemente, o MCT passou a concentrar nestas sete áreas os financiamentos dos Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia.

Em número de 15, os fundos, em 2004, passaram a ter seus comitês gestores coordenados por um comitê presidido pelo ministro da Ciência e Tecnologia.

O novo modelo possibilitou a implantação de ações transversais – como as que estimulam pesquisas e a formação de quadros na Amazônia – e o financiamento de projetos relacionados com a nova política industrial e tecnológica.

Em 2004, 65% dos recursos dos fundos foram direcionados para projetos vinculados à PITCE. Em 2005, este percentual será de 72%. Somando-se a outras liberações de programas do MCT, isso significará investimentos de R\$ 26,6 milhões em pesquisas com semicondutores; R\$ 34,3 milhões para softwares; R\$ 79,8 milhões para bens de capital e R\$ 53,1 milhões para fármacos.

Nas três áreas “portadoras de futuro”, os investimentos programados são de R\$ 63,4 milhões em nanotecnologia; R\$ 52,1 milhões em biotecnologia e R\$ 14,5 milhões em biomassa.

Poderá ser feito muito mais, caso o Congresso Nacional regulamente o funcionamento do FNDCT, por meio de lei específica, objetivo pelo qual se mobilizam o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Academia Brasileira de Ciências. No momento, a tramitação do projeto está prejudicada pelo travamento da pauta por Medidas Provisórias do Poder Executivo.

O projeto de lei prevê a criação de um conselho diretor do FNDCT; sua transformação efetiva em um fundo financeiro; a destinação exclusiva de suas receitas para o financiamento do Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação e a regulamentação das normas próprias do FNDCT pelo Poder Executivo.

A regulamentação reacenderá o debate sobre o contingenciamento dos recursos do FNDCT no Tesouro, estimados em R\$ 2,5 bilhões em dezembro de 2004. O Ministério da Ciência e Tecnologia é solidário com a política econômica do Governo Federal. Mas reconhece na Academia Brasileira de Ciências autoridade institucional para questionar e propor alternativas ao contingenciamento.

Tal integração de esforços e de capacidade crítica serão sempre bem-vindas. Refletem a centralidade que as questões da ciência, da tecnologia e da inovação ganham no contexto da sociedade e no Governo. Não estão mais à parte, quase excêntricas, no conjunto das prioridades nacionais.

Perpassam as políticas estruturantes, seja na agregação de valor aos produtos para exportação, seja nas iniciativas de inclusão social.

Ao longo de meio século, com especial intensidade nas últimas três décadas, o Brasil formou e consolidou a maior e mais diversificada comunidade científica e tecnológica da América Latina, uma das mais importantes entre os países em desenvolvimento, onde hoje trabalham cerca de 50 mil pesquisadores.

De 2004 a 2007, os investimentos totais do Governo Federal em ciência, tecnologia e inovação alcançarão R\$ 37,6 bilhões, 54% a mais do que os R\$ 24,4 bilhões empregados no período de 2000 a 2003.

É, portanto, o momento de se trabalhar com mais intensidade para que os brasileiros tomem conhecimento dessas conquistas e se beneficiem das descobertas dos cientistas e pesquisadores.

Por essa diretriz, se orienta o MCT. No próximo mês de outubro, com o apoio da Academia Brasileira de Ciências, da SBPC e dos governos estaduais, o ministério estará realizando a 3ª Conferência Nacional de CT&I, que tem como tema central a ciência, a tecnologia e a inovação e o desenvolvimento nacional.

O encontro nacional será precedido por cinco conferências regionais, a primeira delas em Manaus (AM), no final deste mês de junho.

Também em outubro, ocorrerá a 2ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, que tem por objetivo despertar vocações científicas entre alunos do curso fundamental e divulgar as realizações de cientistas brasileiros.

Dará seqüência a uma vitoriosa iniciativa do MCT, apoiada pelo MEC e realizada pelo Instituto de Matemática Pura e Aplicada (Impa), instituição vinculada ao nosso ministério: a 1ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas.

Para o certame, cujos vencedores serão conhecidos em novembro, inscreveram-se 12 milhões de estudantes, um recorde mundial. Entre eles certamente estão os futuros mestres, doutores e acadêmicos na área de matemática e de ciências exatas.

São fatos, presidente Eduardo Krieger, senhoras e senhores acadêmicos, que renovam o nosso entusiasmo. Assim como esses estudantes, os professores, pesquisadores e cientistas debruçados sobre seus livros e suas bancadas forjam um Brasil que avança a passos largos, alheio a falsas crises. São esses, a exemplo de outros, os brasileiros que fazem o futuro, com determinação, sem medo de dificuldades.

Brasileiros como os que hoje, nesta solenidade, recebem a nossa gratidão, por vidas dedicadas à transformação da ciência, da tecnologia e da inovação em instrumentos do desenvolvimento econômico, da justiça social e da afirmação da soberania nacional.

Muito obrigado pela atenção de todos.

